



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640114 - BA (2021/0013183-0)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : FABRICIO BARBOZA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : FABRICIO BARBOZA DOS SANTOS - BA038398  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : LUAN DE SOUZA SANTIAGO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUAN DE SOUZA SANTIAGO em que aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8000434-03.2021.8.05.0000).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e 3 anos de reclusão, como incurso no art. 16, parágrafo único, da Lei n. 10.826/2003, sendo fixado o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena.

Sustenta o impetrante a incompatibilidade da manutenção da prisão preventiva na sentença, com a fixação do regime inicial semiaberto.

Ressalta que a medida fere o princípio da imparcialidade e do sistema acusatório, tornando-se necessária a concessão da liberdade a fim de que o paciente possa aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória, para só então iniciar o cumprimento de pena definitiva em regime semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, seja assegurado ao paciente o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. SÚMULA N. 691 DO STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que não tem cabimento o *habeas corpus* para desafiar decisão do relator que indeferiu o pedido liminar. Inteligência do enunciado sumular 691 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

2. Os rigores do mencionado verbete somente são

*abrandados nos casos de manifesta teratologia ou constatação de flagrante constrangimento ilegal, não verificados na hipótese.*

*3. Não se vislumbra a existência de flagrante ilegalidade no que concerne à manutenção da prisão preventiva na sentença, uma vez que o magistrado ressaltou a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva.*

*4. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no HC 573.276/MT, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/06/2020, DJe 09/06/2020)*

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*"

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi devidamente fundamentada.

No ponto, extrai-se da sentença, *in verbis* (e-STJ fl. 33):

*[...]*

*Não concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, pois presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva. Não houve alegação e nem prova da alteração das circunstâncias fáticas e jurídicas que justificaram a prisão preventiva.*

*Com efeito, as provas da materialidade e da autoria restaram fartamente demonstradas no decorrer desta sentença.*

*Além disso, o periculum libertatis encontra-se revelado na certidão de fl. 26 que atesta que o réu responde a outra ação penal perante esta Vara Criminal, por suposta infração ao art. 121, § 2º, III e IV, c/c art. 14, II, todos do CP. Pelo que a citada certidão demonstra que o réu é dedicado às atividades criminosas, de sorte que a liberdade dele compromete a ordem pública, diante do concreto risco de reiteração delitiva.*

*Portanto, invoco também os fundamentos utilizados na decisão de fls. 28-30 do Auto de Prisão em Flagrante 0300522-33.2020, em apenso, e MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência